

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

10/01/2016

O Estado de S.Paulo

Ação investiga compra de MPs

O Estado de S. Paulo - 10/01/2016

Iniciada em 2013, a Operação Zelotes apura tráfico de influência no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e negociação ilícita de medidas provisórias. A investigação teve início com um suposto esquema de propinas relacionadas a dívidas tributárias e depois chegou a suspeita de que indústrias do setor automobilístico teriam contratado lobistas para a edição de MPs com benefícios fiscais para unidades nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. O governo alega que as medidas tinham como objetivo estimular o desenvolvimento econômico dessas regiões.

Folha de S.Paulo

Procuradoria suspeita que ministro do TCU atuava em empresa investigada

Folha de S. Paulo - 10/01/2016

Rubens Valente
Marina Dias

Relatório da Procuradoria da República no Distrito Federal revela que há indícios de que o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Augusto Nardes tinha "ciência dos atos ilícitos" e poderia ser o "mentor" das atividades de lobby da Planalto Soluções, empresa investigada na Operação Zelotes.

O documento, produzido em 2011 e obtido pela Folha, afirma que, ao contrário do que o ministro tem dito em sua defesa, ele seguiu atuante na Planalto mesmo depois de ter assumido o cargo no TCU, em 2005.

Nardes figurou como sócio da Planalto até maio daquele ano, mas hoje a empresa está registrada em nome de seu sobrinho, Carlos Juliano.

No documento, porém, os procuradores afirmam que os dados colhidos em apuração realizada pela Polícia Federal "trazem a possibilidade —e não mais mera especulação— de que Augusto Nardes se vale da posição de ministro do TCU para praticar condutas que extrapolam os limites das prerrogativas e atribuições do cargo".

Para os procuradores, o ministro continuou exercendo "ativamente suas prerrogativas de sócio e membro do respectivo Conselho de Administração" da Planalto mesmo após 2005, "inclusive com reuniões periódicas".

O relatório do Ministério Público Federal integra investigação aberta em 2007, que ficou conhecida na PF como Operação Aqueronte, e acabou arquivada em 2012 pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux.

Três anos depois, em decorrência de uma nova operação da PF, a Zelotes, deflagrada em março de 2015, foi aberto outro inquérito sobre Nardes.

Segundo a Operação Zelotes, a Planalto recebeu R\$ 2,5 milhões, entre 2011 e 2012, da SGR Consultoria, de José Ricardo da Silva.

Ele é um dos principais alvos da investigação sobre suspeitas pagamentos a conselheiros do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) para favorecer empresas que recorriam de multas aplicadas pela Receita.

Anotações indicam que o "tio" de Carlos Juliano, que para os investigadores é uma referência ao ministro do TCU, recebeu R\$ 1,6 milhão na mesma época.

NEGÓCIOS

No relatório de 2011, diante dos indícios de que Nardes poderia ter "envolvimento com atividades criminosas", o MPF pediu que ele se tornasse também alvo da investigação que, até então, envolvia apenas os sócios do ministro na Planalto, Carlos Juliano e Clorimar Piva.

OUTRO LADO

Augusto Nardes reafirmou que "não participa da gestão da empresa Planalto Soluções" desde que foi designado para o cargo no TCU. Ele não se pronunciou sobre o teor das acusações por não ter tido acesso ao conteúdo das mesmas.

Em entrevista à Folha em outubro passado, o sobrinho do ministro, Carlos Juliano Nardes, negou ter cometido qualquer irregularidade e afirmou que a Planalto está inativa desde 2008 e que se manifestará no inquérito policial da Operação Zelotes.

O advogado que representa José Ricardo da Silva afirmou na ocasião que os pagamentos da SGR à firma Planalto resultaram de um trabalho feito em parceria na área advocatícia.

Blog do Magno Martins

MP vê Nardes como chefe de esquema de corrupção

10/01/2016

Para a Procuradoria da República no Distrito Federal, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes, que capitaneou o voto pela rejeição das contas da presidente Dilma Rousseff no cabo das chamadas pedaladas fiscais, é o mentor das atividades de lobby da Planalto Soluções, empresa investigada na Operação Zelotes.

Nardes foi formalmente sócio da Planalto até maio de 2005, mas hoje a empresa está registrada em nome de seu sobrinho, Carlos Juliano. Para os procuradores, entretanto, Nardes se vale da posição de ministro do TCU para praticar condutas que extrapolam os limites das prerrogativas e atribuições do cargo e ministro continuou exercendo ativamente suas prerrogativas de sócio e membro do respectivo Conselho de Administração da Planalto mesmo após 2005, inclusive com reuniões periódicas.

Segundo a Operação Zelotes, a Planalto recebeu R\$ 2,5 milhões, entre 2011 e 2012, da SGR Consultoria, de José Ricardo da Silva. Ele é um dos principais alvos da investigação sobre suspeitas pagamentos a conselheiros do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) para favorecer empresas que recorriam de multas aplicadas pela Receita. Anotações indicam que o tio de Carlos Juliano, que para os investigadores é uma referência ao ministro do TCU, recebeu R\$ 1,6 milhão na mesma época.

Outra citação a Augusto Nardes e a SGR envolve a anulação de dívidas que somam R\$ 150 milhões do grupo RBS, retransmissora da TV Globo no Rio Grande do Sul, terra do ministro do TCU. Nardes teria usado sua influência em Brasília e no seu antigo partido, o PP, para ajudar o grupo de comunicação. O cancelamento dos débitos da RBS ocorreu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda em que as fraudes apuradas pela Zelotes se materializavam. Em troca da anulação da dívida, a empresa teria pago R\$ 15 milhões a uma série de pessoas. Entre estas, um ex-conselheiro do Carf e sócio da SGR, José Ricardo da Silva, o Zé Ricardo.

11/01/2016

Valor Econômico

Muito dinheiro por (quase) nada

Correio Braziliense - 11/01/2016

Dados obtidos pelo Correio a partir da Lei de Acesso à Informação mostram que deputados e senadores torraram, em 2015, mais de R\$ 2 milhões em 13 CPIs. Trabalho ineficiente pouco acrescentou às investigações da Polícia Federal e do Ministério Público

Marcella Fernandes
Naira Trindade

Nas 13 comissões parlamentares de inquérito (CPIs) instauradas em 2015, os deputados e senadores gastaram R\$ 2.368.996,79. Dessas, oito continuarão os trabalhos em 2016. As outras cinco, concluídas em 2015, resultaram em relatórios - muitas vezes superficiais e que pouco avançaram em relação às investigações que já estavam em curso no Ministério Público e Polícia Federal. A maior parte dos gastos se refere a viagens de parlamentares ou ao deslocamento de depoentes, além da contratação de consultorias. Foram R\$ 2.037.201,20 na Câmara, segundo dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e com secretarias das comissões. Já o Senado desembolsou R\$ R\$ 331.795,59.

Na Câmara, a campeã dos gastos foi a CPI da Petrobras. Foram R\$ 1,18 milhão apenas para prestações de serviços da empresa de consultoria Kroll, segundo estimativas de consultores. Contratada com dispensa de licitação, a empresa não teve acordo renovado após serem revelados os nomes dos 12 investigados pela companhia. Caso a consultoria comprovasse a existência de contas de delatores da operação Lava-Jato fora do país, as delações poderiam ser invalidadas, de acordo com o presidente da CPI, deputado Hugo Motta (PMDB-PB). A Câmara não informa o valor oficial da contratação, com a desculpa de sigilo.

No relatório final, apresentado em 21 de outubro, apenas duas das 757 páginas se faziam referência aos trabalhos da Kroll. Após oito meses de apuração, o parecer isentou o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de irregularidades na estatal, negou a

existência de corrupção nela e pediu indiciamentos apenas de condenados na Lava-Jato. Na contramão do resultado, os gastos com viagens e deslocamentos dentro do país saltaram e somaram R\$ 221.910,92, segundo dados da LAI. A Câmara deixou de informar custos de viagem feita a Londres. A previsão da secretaria da CPI da Petrobras é de R\$ 122.628,39. Dentro do país, a viagem mais cara (R\$ 96.947,63) serviu apenas para escutar o silêncio de 13 presos da Lava-Jato em Curitiba, incluindo o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e o presidente da empreiteira Andrade Gutierrez, Otavio Marques de Azevedo.

De modo geral, os depoimentos pouco contribuíram com as investigações, uma vez que muitos convocados permaneceram calados ou não apresentaram fatos novos. Além de outras duas idas a Curitiba, a CPI visitou o Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo. Também foram gastos R\$ 1.395,66 com diligências em Brasília. A Câmara não informou os gastos da CPI que investiga irregularidades na Funai e no Inbra, iniciada em novembro.

No dia em que anunciou o rompimento com o Palácio do Planalto, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, autorizou a instalação das CPIs dos Fundos de Pensão e do BNDES que investigariam empréstimos secretos concedidos pelo banco a outros países e a aplicação de recursos destinados a quatro fundos de pensão federais. Ambas ainda estão em andamento. A do BNDES gastou R\$ 9,5 mil com passagens aéreas, como a vinda do amigo do ex-presidente Lula, o pecuarista José Carlos Bumlai, que permaneceu calado e em nada ajudou nas investigações. Já a CPI de Fundos de Pensão, prevista para encerrar em março, usufruiu de R\$ 1,5 mil com deslocamentos.

Palco de disputas

Serviu ainda como palco de disputa política a CPI de Crimes Cibernéticos. Ela gastou R\$ 38.031,91, sendo R\$ 19.708,56 para uma audiência pública e diligência em Natal (RN). Chamado para esclarecer anúncios do governo federal em sites ilegais, o ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Edinho Silva, afirmou que desconhecia a denúncia apresentada sobre publicidade em portais que permitem downloads piratas. Tesoureiro da campanha de Dilma, ele negou irregularidades nas doações, denúncia feita por delatores da Lava-Jato. Criador do perfil "Dilma Bolada" na internet, o publicitário Jefferson Monteiro, afirmou, em depoimento, que atua de forma independente ao PT. Já o coordenador nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), Rubens Alberto Gatti Nunes, negou que a entidade pró-impeachment seja financiada por partidos políticos. Prevista para acabar em 14 de março, a CPI pretende aperfeiçoar a legislação do Marco Civil da Internet e a Lei Carolina Dieckmann.

Primeira CPI instalada no Senado nesta legislatura, a CPI do HSBC deve ser encerrada mais cedo sem ter conseguido acesso à documentação que já fundamenta investigações em curso sobre o caso no Brasil e na França. A comissão gastou R\$ 226,62 em multas aplicadas pelo cancelamento de quatro passagens aéreas. Também no Senado, a CPI do Carf, única concluída em 2015, pediu o indiciamento de 28 pessoas e empresas, sugeriu a atualização da Legislação Tributária e a criação de subcomissão para acompanhar o Carf. Investigados por compras de medidas provisórias, o ex-presidente Lula, seu filho, o empresário Luís Cláudio, e os ex-ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) e Erenice Guerra (Casa Civil). A suspeita é que uma rede de lobistas e de fabricantes de automóveis pagavam propinas para funcionários

públicos e julgadores do **CARF** para terem suas penalidades reduzidas. A comissão gastou R\$ 49.497,88 com deslocamentos de depoentes a Brasília.

"Gastos são compatíveis"

Correio Braziliense - 11/01/2016

Na avaliação geral dos presidentes e relatores das CPIs, os gastos foram compatíveis com os resultados alcançados. Para o presidente da CPI de Violência Contra Jovens Negros, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), as viagens foram fundamentais para "desburocratizar" os trabalhos. "Foi importante porque fomos ouvir nas comunidades nos estados com mais violência", afirmou. Presidente da CPI de Assassinato de Jovens no Senado, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), também defendeu as atividades in loco. Ela lamentou a falta de um trabalho conjunto das duas Casa. "A Câmara não se articulou para que fosse uma CPI mista."

Presidente da CPI de Próteses na Câmara, o deputado Geraldo Resende (PMDB-MS) acredita que o custo foi baixo, comparado a outras comissões com resultado menos satisfatório. "A redução de mais de 50% no número de implantes de órteses e próteses figuram como resultado mais claro", afirmou. O Ministério Público informou que aguarda dados para iniciar as investigações dos pedidos de indiciamento. Presidente da CPI do mesmo tema no Senado, Magno Malta (PR-ES) afirmou o colegiado decidiu focar os trabalhos em Brasília para conter gastos e comemorou os avanços. "Todos os sigilos da máfia em Porto Alegre foram quebrados por nós. Parte já foi entregue e estamos com peritos em fase de cruzamentos."

Em relação à CPI dos Maus-tratos, o relator Ricardo Tripoli destacou a importância de o parecer ter apontado a necessidade de aprovação de propostas em tramitação. "A CPI não tem o poder de punir, mas de investigar", disse.

Presidente da CPI do Sistema Carcerário, o deputado Alberto Fraga (DEM-DF) destacou que as comissões investigativas permitem uma pressão maior para obtenção de informações. "Solicitamos dados e os estados se recusaram a mandar. Ratifiquei em ofício aos governadores e mandaram", disse. Já o relator da CPI dos Crimes Cibernéticos, deputado Esperidião Amin (PP-SC), defendeu que a comissão conseguiu pautar operações da polícia federal. "Não tenho dúvida de que, com a prorrogação, terei mais informações técnicas para chegarmos a escrever tópicos de aperfeiçoamento das leis Marco Civil e Carolina Dieckmann". A presidente do colegiado, deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO) não respondeu à reportagem.

À frente da mais cara comissão da Câmara, o relator Luiz Sérgio (PT-RJ), da CPI da Petrobras, afirmou que as CPIs se transformaram em um palco de disputa política. "Aparecem propostas das mais variadas. Se você não as aceita, é acusado de atrapalhar os que buscam investigar, mas se as aceita, é um desperdício porque pedem tudo. É muito difícil buscar o equilíbrio", criticou. Já o presidente Hugo Motta (PMDB-PB) afirmou que todas as decisões sobre viagens são de responsabilidade do colegiado. "Trouxemos presidentes de empresas de doadoras de campanhas, não houve blindagem", afirmou. Ele reconheceu que o silêncio de depoentes "gera frustração".

Presidente da CPI do BNDES, Marcos Rotta (PMDB-AM), argumentou que Bumlai não ficou em silêncio por causa da comissão. "O STF lhe garantiu este direito e a

convocação dele foi extremamente acertada". Para o presidente CPI dos Fundos de Pensão, deputado Efraim Filho (DEM-PB), a CPI reduziu os custos ao decidir não contratar auditoria externa. O senador Paulo Rocha (PT-PA), presidente da CPI do HSBC, atribui à limitação na obtenção de informações a pouca efetividade dos trabalhos. "No caso da listagem (dos 8.500 brasileiros com conta no exterior) o Estado francês pode ceder, como fez, para o Ministério Público e para Receita, mas esses órgãos não são autorizados a compartilhar os dados".

Descontente com o resultado final da CPI do **Carf**, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), lamentou a blindagem de alguns políticos no relatório aprovado. "Foi uma decepção porque os indícios de vendas de MPs estavam muito evidentes", disse. Por outro lado, o parlamentar acredita que os gastos foram compatíveis quando comparados com os de outras CPIs. Ao apresentar seu parecer, a relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que não havia uma ligação direta de políticos com o tema tratado no colegiado. O Correio não conseguiu contato com os responsáveis pela CPI do Futebol. (NT e MF)

Estado de Minas On Line

Congresso gastou mais de R\$ 2 milhões em 13 comissões

11/01/2016

Trabalho ineficiente pouco acrescentou às investigações da Polícia Federal e do Ministério Público

Brasília - Nas 13 comissões parlamentares de inquérito (CPIs) instauradas em 2015, os deputados e senadores gastaram R\$ 2.368.996,79. Dessas, oito continuarão os trabalhos em 2016. As outras cinco, concluídas em 2015, resultaram em relatórios - muitas vezes superficiais e que pouco avançaram em relação às investigações que já estavam em curso no Ministério Público e Polícia Federal. A maior parte dos gastos se refere a viagens de parlamentares ou ao deslocamento de depoentes, além da contratação de consultorias. Foram R\$ 2.037.201,20 na Câmara, segundo dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e com secretarias das comissões. Já o Senado desembolsou R\$ R\$ 331.795,59.

Na Câmara, a campeã dos gastos é a CPI da Petrobras. Foi R\$ 1,18 milhão apenas para prestações de serviços da empresa de consultoria Kroll, segundo estimativas de consultores. Contratada com dispensa de licitação, a empresa não teve acordo renovado após serem revelados os nomes dos 12 investigados pela companhia. Caso a consultoria comprovasse a existência de contas de delatores da Operação Lava-Jato fora do país, as delações poderiam ser invalidadas, de acordo com o presidente da CPI, deputado Hugo Motta (PMDB-PB). A Câmara não informa o valor oficial da contratação, com a desculpa de sigilo.

No relatório final, apresentado em 21 de outubro, apenas duas das 757 páginas faziam referência aos trabalhos da Kroll. Após oito meses de apuração, o parecer isentou o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli de irregularidades na estatal, negou a existência de corrupção nela e pediu indiciamentos apenas de condenados na Lava-Jato. Na contramão do resultado, os gastos com viagens e deslocamentos dentro do país saltaram e somaram R\$ 221.910,92, segundo dados da LAI. A Câmara deixou de informar custos de viagem feita a Londres. A previsão da secretaria da CPI da **Petrobras** é de R\$ 122.628,39. Dentro do país, a viagem mais cara (R\$ 96.947,63) serviu apenas para escutar o silêncio de 13 presos da Lava-Jato em Curitiba, incluindo o ex-ministro da

Casa Civil José Dirceu e o presidente da empreiteira Andrade Gutierrez, Otavio Marques de Azevedo.

De modo geral, os depoimentos pouco contribuíram com as investigações, uma vez que muitos convocados permaneceram calados ou não apresentaram fatos novos. Além de outras duas idas a Curitiba, a CPI visitou o Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo. Também foram gastos R\$ 1.395,66 com diligências em Brasília. A Câmara não informou os gastos da CPI que investiga irregularidades na Funai e no Incra, iniciada em novembro.

No dia em que anunciou o rompimento com o Palácio do Planalto, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, autorizou a instalação das CPIs dos Fundos de Pensão e do BNDES, que investigariam empréstimos secretos concedidos pelo banco a outros países e a aplicação de recursos destinados a quatro fundos de pensão federais. Ambas ainda estão em andamento. A do BNDES gastou R\$ 9,5 mil com passagens aéreas, como a vinda do amigo do ex-presidente Lula, o pecuarista José Carlos Bumlai, que permaneceu calado e em nada ajudou nas investigações. Já a CPI dos Fundos de Pensão, prevista para encerrar em março, usufruiu de R\$ 1,5 mil com deslocamentos.

PALCO DE DISPUTAS

Serviu ainda como palco de disputa política a CPI de Crimes Cibernéticos, que gastou R\$ 38.031,91, sendo R\$ 19.708,56 para uma audiência pública e diligência em Natal (RN). Chamado para esclarecer anúncios do governo federal em sites ilegais, o ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Edinho Silva, afirmou que desconhecia a denúncia apresentada sobre publicidade em portais que permitem downloads piratas. Tesoureiro da campanha de Dilma, ele negou irregularidades nas doações, denúncia feita por delatores da Lava-Jato. Criador do perfil "Dilma Bolada" na internet, o publicitário Jefferson Monteiro afirmou, em depoimento, que atua de forma independente do PT. Já o coordenador nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), Rubens Alberto Gatti Nunes, negou que a entidade pró-impeachment seja financiada por partidos políticos. Prevista para acabar em 14 de março, a CPI pretende aperfeiçoar a legislação do Marco Civil da Internet e a Lei Carolina Dieckmann.

Primeira CPI instalada no Senado nesta legislatura, a CPI do HSBC deve ser encerrada mais cedo sem ter conseguido acesso à documentação que já fundamenta investigações em curso sobre o caso no Brasil e na França. A comissão gastou R\$ 226,62 em multas aplicadas pelo cancelamento de quatro passagens aéreas. Também no Senado, a CPI do **Carf**, única concluída em 2015, pediu o indiciamento de 28 pessoas e empresas, sugeriu a atualização da legislação tributária e a criação de subcomissão para acompanhar o **Carf**. Investigados por compras de medidas provisórias, o ex-presidente Lula, seu filho, o empresário Luís Cláudio, e os ex-ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) e Erenice Guerra (Casa Civil). A suspeita é de que uma rede de lobistas e de fabricantes de automóveis pagava propinas para funcionários públicos e julgadores do **Carf** para ter suas penalidades reduzidas. A comissão gastou R\$ 49.497,88 com deslocamentos de depoentes a Brasília.